



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 4/2024 (PROCESSO Nº 61)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Marcus Jair Bandeira, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006, além das demais disposições aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e condições estabelecida no Edital e seus anexos, torna público, para o conhecimento dos interessados, a realização de **Pregão Eletrônico para Registro de preços para futuras e eventuais contratações de oficinas diversas**, descritas no Anexo I, sendo que a licitação é do tipo Menor Preço - Unitário por Item, atendendo a solicitação da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

1.1. Local: plataforma eletrônica do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1.1. Final de recebimento de propostas: 08 horas do dia 29/02/2024

1.1.2. Abertura das propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 29/02/2024.

1.1.3. Modo de Disputa: Aberto.

1.1.4. Diferença mínima entre lances: R\$ 0,01 (um centavo de real).

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às **08 horas do dia 29 de fevereiro de 2024**.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO:

2.1. Registro de preços para futuras e eventuais contratações de oficinas diversas (música, dança, capoeira, teatro e outras), para atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, descritos no Anexo I – Modelo de Proposta

2.2. A licitação será realizada por itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço - Unitário Por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

2.4. O orçamento da Administração não é sigiloso e foi elaborado com base no Decreto Municipal nº 4.569/2023.

3. DA EXECUÇÃO:

3.1. Os serviços deverão ser executados das seguintes formas:

3.1.1. Itens 01 ao 11 do Lote 01 - Educação: A empresa será responsável pelo recebimento dos alunos, verificação dos nomes, comparecimento nas oficinas, organização das salas de aula, conferência dos materiais quando necessário, elaboração, cumprimento do planejamento das aulas. O profissional deverá ter flexibilidade de acompanhamento em atividades/eventos no município e fora, deverá ainda ser organizado ensaios para apresentações.

3.1.2. A prestação dos serviços se dará através de oficinas, conforme a programação constante no cronograma que será disponibilizado pela Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo após a contratação, indicando horário, os participantes e o local das oficinas. A empresa contratada deverá cumprir com a programação constantes no cronograma, devendo abordar as matérias pertinentes a descrição do objeto, constante nesse estudo técnico preliminar, bem como locais, datas e horários em que serão desenvolvidas as oficinas.

3.1.3. O espaço físico para a realização das oficinas poderá ser a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I e ou, Escola de Ensino Médio Dr. Roberto Löw ou ainda no interior do município, no CTG SENTINELA da Ramada.

3.1.4. O número de alunos em cada curso, será conforme o número de inscritos e por organização da SMECDT.

3.1.5. A contratada deverá apresentar-se em todos os momentos em que se fizer necessário, através de convites, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo utilizando os espaços culturais da cidade e região;

3.1.6. As oficinas poderão ser interrompidas devido ao recesso escolar e/ou férias, por determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

3.1.7. A empresa vencedora da licitação deverá apresentar lista de presença e relatório de atividades realizadas conforme Anexo II e Anexo III para a efetivação do pagamento.

3.2. Itens 12 ao 18 do Lote 01 - CRAS: A empresa será responsável pela organização do espaço das oficinas, conferência dos materiais quando necessário, elaboração e cumprimento do planejamento das aulas. O profissional deverá ter flexibilidade de acompanhamento em atividades/eventos no município e fora, deverá ainda ser organizado ensaios para apresentações.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3.2.1. A prestação dos serviços se dará através de oficinas, conforme a programação constante no cronograma que será disponibilizado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social – CRAS, após a contratação, indicando horário, os participantes e o local das oficinas. A empresa contratada deverá cumprir com a programação constantes no cronograma, devendo abordar as matérias pertinentes a descrição do objeto, bem como locais, datas e horários em que serão desenvolvidas as oficinas.

3.2.2. A contratada deverá apresentar-se em todos os momentos em que se fizer necessário, através de convites, da equipe do CRAS, utilizando os espaços culturais da cidade e região.

3.3. Caso seja detectado que os serviços não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte.

3.4. As oficinas deverão ser realizadas da seguinte maneira:

3.4.1. Oficina de Capoeira: Prestação de serviço para a realização de oficina destinada a atender aos educandos da rede pública Municipal de ensino e poderá ser organizado em grupos de acordo com a faixa etária. Deverá refletir criticamente sobre o processo histórico e de construção da capoeira enquanto um fenômeno cultural, popular e afro-brasileiro. problematizar a produção e transmissão de saberes, conhecimentos e práticas relacionadas à arte, luta, dança, brincadeira, que passou a ser chamada de “capoeira”. Deverá ser orientado os movimentos básicos da capoeira: Ginga, bônção, desvio de frente, cadeira, negativa, descida básica, dentre outros. Duração de 02 horas cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana). Oficina escolar.

3.4.2. Oficina Banda Marcial: Prestação de serviço para a realização de oficina destinado a público de todas as idades, para a criação da Banda Marcial Municipal, devendo desenvolver educação musical e trabalho em grupo, instrumentos melódicos (flauta, liras, escaletas, trompetes, trombones de pisto, bumbo, conforme disponibilidade), deve desenvolver trabalho de orientação referente a postura, comportamento, e seriedade frente a eventos oficiais, para os quais irá se apresentar, orientar técnicas de deslocamento, giro e balanço durante a apresentação. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Os equipamentos da banda serão fornecidos pelas SMECDT. Oficina Cultural.

3.4.3. Oficina de Música-Instrumentos: Prestação de serviço para a realização de oficina para ministração de aulas teóricas e práticas, organização de eventos, e acompanhamento e controle dos alunos. Os instrumentos musicais a serem utilizados serão: violão, contrabaixo, Cajon, gaita e bateria, dando preferência ao violão. Atendendo aos educandos da rede pública Municipal. Prestação de serviço com



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Os instrumentos são de responsabilidade do educando. Oficina escolar.

3.4.4. Oficina de Dança ritmos. Deverá estimular a coordenação motora, resistência muscular, postura corporal, prevenir lesões, depressão e isolamento social, melhorar a saúde e buscar o fortalecimento de vínculos escolares. Oficina com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. Oficina escolar.

3.4.5. Oficina de Dança (gaúcha). Oficina será destinado a públicos desde infantil até a terceira idade, organização e a formação de invernadas artísticas, elaborar projetos coreográficos de dança. A música gaúcha deverá ser abordada como uma das principais representações culturais do estado. Deverá ser contemplado ritmos como Fangango, Anu, Balaio, Chimarrita, Pezinho, Xote, chamamé, valsa, bugio, vanera. Temas como respeito, dedicação e compromisso também deverão ser contemplados. Oficina de duração de 1h cada oficina, (divididas preferencialmente em 06 oficinas semanais). A indumentaria será de responsabilidade do dançarino. Oficina cultural.

3.4.6. Oficina música e canto: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Música- canto vocal, atendimento individual, ensinar noções básicas de canto, técnicas musicais, preparação para a calouro se apresentar no Festival da Canção Estudantil e Festival da Canção Popular de Nova Ramada com duração de 4 horas diárias cada oficina, para os educandos da rede pública municipal e bem como munícipes e demais pessoas que comprovarem vínculo com o município de Nova Ramada. Oficina Cultural.

3.4.7. Oficina de Artes e sustentabilidade: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Artes e sustentabilidade (desenho, artesanato, pinturas) desenvolver a coordenação motora, a observação e a percepção da reciclagem. Com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina escolar.

3.4.8. Oficina de xadrez: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Xadrez com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), com um Instrutor de Xadrez que preste serviços na área, aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina Escolar.

3.4.9. Oficina de matemática, Educação fiscal e financeira: Prestação de serviço para a realização de Oficina pedagógica de matemática, educação fiscal e financeira estimulando o raciocínio lógico, cálculos de forma lúdica e interdisciplinar, com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

02 oficina por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina escolar.

3.4.10. Oficinas criativa de letras: Prestação de serviço para a realização de Oficinas pedagógicas para produção de textos, histórias criativas, prática de leitura e interpretação, dicção e oratória, com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), que preste serviços aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina Escolar.

3.4.11. Oficinas de musicalização - educação infantil: Prestação de serviços para ministração de práticas pedagógicas de recreação e criatividade através da música, socialização, respeitando as necessidades de cada faixa etária a ser trabalhada; deverão ser utilizadas músicas para desenvolver diversas aptidões da criança como: atenção, memória, cognição, concentração, percussão corporal e movimento. Sempre utilizando músicas específicas para executar a atividade proposta; os instrumentos utilizados, serão para desenvolver musicalidade da criança trabalhando: tempo, ritmo, compasso, altura do som, intensidade do som, duração do som, melodia e a prática em grupo. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Oficina para os alunos da Educação Infantil da rede municipal de ensino. Oficina Escolar.

3.4.12. Oficinas de Música e Canto: Prestação de serviço para a realização de oficinas para crianças e adolescentes: cada oficina terá duração de 1 (uma) hora, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo. Os instrumentos musicais a serem utilizados nas oficinas serão: Violão; Contrabaixo, Teclado, Cajon e Bateria, sendo que, ao final do ano os participantes dos grupos deverão ter noção básica de como tocar os referidos instrumentos, tendo capacidade tocar os instrumentos e ao mesmo tempo cantar as melodias tocadas, as oficinas serão contratadas conforme demanda em dias e horários definidos pela equipe do CRAS.

3.4.13. Oficinas de Música e Canto Coral: Prestação de serviços para realização de oficinas destinadas ao grupo de Idosos: cada oficina terá duração de 1 (uma) hora, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo. O objetivo da oficina será integração entre o grupo, bem como com grupos de outros municípios, apresentações em eventos, resgate de músicas antigas, mantendo o cérebro saudável prevenindo assim doenças degenerativas mais suscetíveis na 2ª e 3ª idade, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidos pela equipe do CRAS.

3.4.14. Oficinas de dança: Prestação de serviço para a realização de oficinas de dança de ritmos variados como: dança de salão, folclórica, samba, dança de rua, dança rítmica, entre outras, tendo duração de 1 (uma)



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

hora cada oficina, podendo ser contratada mais de uma oficina em u as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

3.4.15. Oficinas de culinária: Prestação de serviço para a realização de oficinas de culinárias destinadas às mulheres, Responsáveis Familiares dos usuários da Política de Assistência Social, também ao grupo de adolescentes, terão a duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo.

3.4.16. Oficinas de Manicure e Pedicure: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinadas aos participantes dos grupos dos CRAS, de faixas etárias variadas. Terá duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

3.4.17. Oficinas de Artesanato: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinada às várias faixas etárias, com duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

3.4.18. Oficinas de Ginástica e Esportes diversos: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinada às várias faixas etárias, com duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A resposta à **impugnação** ou ao **pedido de esclarecimento** será formalizada pelo Pregoeiro, e deverá ser divulgada em **sítio eletrônico oficial do Município** e no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. A resposta à impugnação, de que trata o item 4.2, será formalizada pelo Pregoeiro o qual dará vistas a Autoridade Superior para providências, se necessário.

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. O fornecedor deverá fazer seu cadastro no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível**, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por **eventuais danos** decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.4. As licitantes que desejarem obter os **benefícios de preferência** concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverão **declarar**, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA**, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E OBSERVAÇÕES GERAIS:

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

6.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO**, **que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** definidos neste Edital. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

6.3. Os representantes de microempresas, empresas de pequeno porte, **deverão** declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s)



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

categoria(s). A **ausência da declaração**, naquele momento, significará a desistência das microempresas ou empresas de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.4. Não poderão participar deste Pregão os licitantes e agentes públicos:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- g) Empresas que se encontram em débitos com o Município de Nova Ramada.

6.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando incidirem em algum dos incisos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a **moeda corrente nacional**.

6.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6.9. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a1) Nos itens **exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” **impedirá o prosseguimento** no certame;

a2) Nos itens em que a participação **não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante **não ter direito ao tratamento favorecido** previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que atendem os requisitos para a habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;

d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (caso esteja dispensado deverá comprovar);

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a **descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessas documentações.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

7.4. Incumbirá ao licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances **(as empresas deverão inseri-los antes da data e horário do certame, conforme estabelece item 7.1 do Edital)**.

7.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado **após o encerramento do envio de lances**.

7.9. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

7.10. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

7.10.1. Se os documentos de habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**.

7.10.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

7.11. Os licitantes **remanescentes ficam obrigados a atender à convocação**, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

7.12. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo pregoeiro no momento da habilitação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

7.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para:**

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro **poderá sanar erros ou falhas** que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

8. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação descritas no Anexo I - Modelo Proposta, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio de sistema eletrônico**, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas mínima exigidas no Anexo I – Modelo de Proposta, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Também será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará **campo próprio para troca de mensagens** entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.10. Os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.11. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último** por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.12. Será adotado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

9.15. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

9.18. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9.21. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.22. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.23. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.24. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

9.25. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

9.26. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.27. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.28. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.29. As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.30. Caso a microempresa, a empresa de pequeno e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

9.31. No caso de **equivalência dos valores** apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.32. Em caso de **empate entre duas ou mais propostas**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.32.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

9.32.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.

9.32.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, quando houver.

9.32.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.32.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.32.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

9.32.5.2. Empresas brasileiras.

9.32.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.32.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.33. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.34. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.35. Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, **o prazo de negociação poderá ser reduzido.**

9.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.37. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** (devidamente assinada e através do Portal de Compras Públicas) **ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.38. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a **fase de aceitação e julgamento da proposta.**

10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Pregoeiro no chat.

10.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

10.6. A Administração poderá solicitar, quando julgar necessário, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

11. HABILITAÇÃO:

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portaldatransparencia.gov.br).

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

11.4.1. É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações** constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.5. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação **com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.9. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND e ao CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- h) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

11.14.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.15. HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.
- a.1)** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:

a) A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (com nome legível do representante legal da empresa ou órgão público e constando o devido CNPJ), que comprove ter a empresa licitante desempenhado serviços similares ao objeto da presente licitação.

11.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o **licitante será declarado vencedor.**

12. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor será encaminhada no sistema eletrônico no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado ou reduzido de acordo com o Pregoeiro, e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) Conter a indicação do **banco, número da conta e agência** do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c) Dados completos do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.
- d) Preços unitário e total líquido, com no mínimo duas casas decimais após a vírgula, expressos em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com alimentação e transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

12.2. JUNTO COM A PROPOSTA FINANCEIRA A EMPRESA DEVERÁ ANEXAR NO PORTAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- a) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, indicando os profissionais e quais as oficinas que irão trabalhar.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

a.1) Para as oficinas escolares listadas nos itens 01, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11 do Lote 01 os profissionais indicados **somente poderão ser indicados para uma única oficina**, dado ao fato que as mesmas podem vir ocorrer simultaneamente.

b) A empresa vencedora deverá indicar profissionais maiores com mais de 18 anos, comprovando ainda que o profissional indicado para cada oficina tenha a seguinte qualificação:

b.1) - Item 1: Oficina de capoeira: certificado de Mestre ou instrutor de capoeira pela Federação Gaúcha e ou, pela Federação Brasileira e ou, ainda curso específico na área de capoeira.

b.2) - Item 2: Oficina Banda Marcial: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de música ou ainda declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência no segmento de banda instrumental.

b.3) - Item 3: Oficina de música – instrumentos: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de música e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ) comprovando que possui experiência no segmento música e ainda comprovação de possuir certificado de curso de violão.

b.4) - Item 4: Oficina de dança ritmos: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área Educação física ou Dança e ou, ainda declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área de dança.

b.5) - Item 5: Oficina de dança gaúcha: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de dança e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência no segmento artístico de dança Gaúcha. Comprovação ainda de possuir Cartão do MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho como dançarino.

b.6) - Item 6: Oficina música e canto: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de Música e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência em ministrar música e canto.

b.7) - Item 7: Oficina de artes e sustentabilidade: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de artes e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área de confecção de artesanato, trabalhos manuais, pintura.

b.8) - Item 8: Oficina de xadrez: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de educação física e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área de xadrez.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

b.9) - Item 9: Oficina de matemática, educação fiscal e financeira: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de matemática e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área de matemática.

b.10) - Item 10: Oficina criativa de letras: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de letras/português/pedagogia e ou, declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área de letras.

b.11) - Item 11: Oficina de musicalização - Educação Infantil: Comprovação de possuir curso superior concluído ou em andamento na área de música/ pedagogia ou ainda declaração fornecida por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência, e ainda comprovação de possuir certificado de curso de violão.

b.12) - Item 12: Oficina de Música e Canto: Comprovação através de apresentação de declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área como Instrutor de música e canto.

b.13) - Item 13: Oficina de Música e Canto Coral: Comprovação através de apresentação de declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área como Instrutor de música e canto coral.

b.14) - Item 14: Oficina de Dança: Comprovação através de apresentação de declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área como Instrutor de dança.

b.15) - Item 15: Oficina de Culinária: Comprovação através de apresentação de declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área como Instrutor de culinária.

b.16) - Item 16: Oficina de Manicure e Pedicure: Comprovação através de apresentação de declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constando o CNPJ), comprovando que possui experiência na área como Instrutor de Manicure e Pedicure.

b.17) - Item 17: Oficina de Artesanato: Comprovação através de apresentação de atestado/declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos como Instrutor de artesanato.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

b.18) - Item 18: Oficina de Ginástica e Esportes diversos: Comprovação de possuir graduação em Educação Física ou estar cursando ao menos na metade do curso deverão ser trabalhadas atividades cooperativas, atividade física, jogos e recreação.

12.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.5. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, com duas casas após a virgula, o valor unitário em algarismos, e o valor global em algarismos

12.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DO RECURSO:

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, se for o caso, **deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.**

13.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros 3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o **qual formalizará decisão administrativa.**



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

13.3.1. Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, com indicação expressa do artigo legal que suscitou a dúvida, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, que se limitará a analisar a aplicabilidade do dispositivo legal mencionado.

13.4. Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

13.5. A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro

13.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (Pregoeiro), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

d) Adjudicar e Homologar a licitação.

15.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.4. O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

15.4.1. A anulação da licitação torna sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

16. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. Esgotados todos os prazos recursais, e após homologação do processo licitatório, a Administração, convocará a licitante classificada em 1º lugar para assinar a Ata de Registro de Preços.

16.2. A validade dos preços registrados será de 01 (um) ano, contados a partir da data da Ata de Registro de Preços, **podendo ser prorrogada** na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

17.1. A empresa detentora da Ata quando convocada deverá em até 05 (cinco) dias úteis assinar o contrato de prestação de serviços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

l) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

a) Advertência;

b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 18.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

18.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 18.2 do presente Edital.

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6. A aplicação das sanções previstas no item 18.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.7. Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

18.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 18.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

18.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

18.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “g” e “j” do item 18.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19. DO PAGAMENTO:

19.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

19.1.2. Para a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Turismo:

O pagamento será efetuado por oficina realizada, mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação das Notas fiscais pela Contratada e autorização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – CRAS e autorização da Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, (para realizar a autorização o fiscal do contrato deverá encaminhar a SMECDT o relatório das horas trabalhadas assinado pelo fiscal e instrutor da oficina). A CONTRATADA deverá emitir



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês (**deverá ser observado para emissão da Nota Fiscal o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).**

19.1.3. Para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

O pagamento será efetuado por oficina realizada, mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação das Notas fiscais pela Contratada e autorização da Secretaria de Saúde e Assistência Social - CRAS. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês (**deverá ser observado para emissão da Nota Fiscal o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).**

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

20.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. A íntegra do Edital está disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.novaramada.rs.gov.br, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na Prefeitura Municipal de Nova Ramada, junto ao setor de Licitações e ou diretamente com o Pregoeiro no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, localizado no prédio do centro administrativo, na Avenida Gustavo König, 95, telefone (55) 99975-7098.

20.10. Fazem parte integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Modelo Proposta de Preços;
- b) Anexo II - Modelo de Lista de Presença;
- c) Anexo III - Modelo Relatório Atividades Desenvolvidas;
- d) Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- e) Anexo V– Minuta de Contrato;
- f) Anexo VI – Termos de Referência.

20.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Ramada (RS), 06 de fevereiro de 2024.

Marcus Jair Bandeira
Prefeito

Taciana Rubia Stefani
Setor de Licitações

APROVO:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391-/- Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2024 - PROCESSO Nº 61

O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, Município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS; nos termos da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, e alterações; Decreto Municipal nº 4.609/2023, e ainda pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 3/2024 – Processo nº 60, homologado em , resolve **REGISTRAR PREÇOS** com a EMPRESA, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, na cidade de, e-mail:..... representada neste ato pelo, Sr., inscrito no CPF sob o nº, brasileiro,, residente e domiciliado na cidade de

1. OBJETO: A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais prestações de serviços de oficinas diversas (música, dança, capoeira, teatro e outras), para atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme Pregão Eletrônico nº. 4/2024 – Processo 61.

Item	Quantidade Máxima	Und	Produto	Valor Unitário Registrado R\$
------	-------------------	-----	---------	-------------------------------

1.1. A quantidade mínima a ser solicitada poderá ser de 01 (uma) unidade e a quantidade máxima que poderá ser adquirida no período de validade da Ata de Registro de Preços é a que consta acima, ressalvando-se o direito da Administração em não contratar, conforme previsto nos artigos 82 a 86 da Lei Federal 14.133/2021, e art. 5º, § 2º do Decreto Municipal nº 4.609/2023

2. DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA:

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, ou seja, de .././2024 até .././2025, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico supracitado, terá sua íntegra disponibilizada no sítio oficial desta Municipalidade.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: As solicitações de fornecimento à empresa detentora desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS serão realizadas através de Contrato.

3.1. Os serviços deverão ser executados das seguintes formas:

3.1.1. Itens 01 ao 11 do Lote 01 - Educação: A empresa será responsável pelo recebimento dos alunos, verificação dos nomes, comparecimento nas oficinas, organização das salas de aula, conferência dos materiais quando necessário, elaboração, cumprimento do planejamento das aulas. O profissional deverá ter flexibilidade de acompanhamento em atividades/eventos no município e fora, deverá ainda ser organizado ensaios para apresentações.

3.1.2. A prestação dos serviços se dará através de oficinas, conforme a programação constante no cronograma que será disponibilizado pela Secretaria da Educação, Cultura, Deporto e Turismo após a contratação, indicando horário, os participantes e o local das oficinas. A empresa contratada deverá cumprir com a programação constantes no cronograma, devendo abordar as matérias pertinentes a descrição do objeto, constante nesse estudo técnico preliminar, bem como locais, datas e horários em que serão desenvolvidas as oficinas.

3.1.3. O espaço físico para a realização das oficinas poderá ser a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I e ou, Escola de Ensino Médio Dr. Roberto Low, ou ainda no interior do município, no CTG SENTINELA da Ramada.

3.1.4. O número de alunos em cada curso, será conforme o número de inscritos e por organização da SMECDT.

3.1.5. A contratada deverá apresentar-se em todos os momentos em que se fizer necessário, através de convites, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo utilizando os espaços culturais da cidade e região;

3.1.6. As oficinas poderão ser interrompidas devido ao recesso escolar e/ou férias, por determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

3.2. Itens 12 ao 18 do Lote 01 - CRAS: A empresa será responsável pela organização do espaço das oficinas, conferência dos materiais quando necessário, elaboração e cumprimento do planejamento das aulas. O profissional deverá ter flexibilidade de acompanhamento em atividades/eventos no município e fora, deverá ainda ser organizado ensaios para apresentações.

3.2.1. A prestação dos serviços se dará através de oficinas, conforme a programação constante no cronograma que será disponibilizado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social – CRAS, após a contratação, indicando horário, os participantes e o local das oficinas. A empresa contratada deverá cumprir



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

com a programação constantes no cronograma, devendo abordar as matérias pertinentes a descrição do objeto, bem como locais, datas e horários em que serão desenvolvidas as oficinas.

3.2.2. A contratada deverá apresentar-se em todos os momentos em que se fizer necessário, através de convites, da equipe do CRAS, utilizando os espaços culturais da cidade e região.

3.3. Caso seja detectado que os serviços não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte.

3.4. As oficinas deverão ser realizadas da seguinte maneira:

3.4.1. Oficina de Capoeira: Prestação de serviço para a realização de oficina destinada a atender aos educandos da rede pública Municipal de ensino e poderá ser organizado em grupos de acordo com a faixa etária. Deverá refletir criticamente sobre o processo histórico e de construção da capoeira enquanto um fenômeno cultural, popular e afro-brasileiro. problematizar a produção e transmissão de saberes, conhecimentos e práticas relacionadas à arte, luta, dança, brincadeira, que passou a ser chamada de “capoeira”. Deverá ser orientado os movimentos básicos da capoeira: Ginga, bônção, desvio de frente, cadeira, negativa, descida básica, dentre outros. Duração de 02 horas cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana). Oficina escolar.

3.4.2. Oficina Banda Marcial: Prestação de serviço para a realização de oficina destinado a público de todas as idades, para a criação da Banda Marcial Municipal, devendo desenvolver educação musical e trabalho em grupo, instrumentos melódicos (flauta, liras, escaletas, trompetes, trombones de pisto, bumbo, conforme disponibilidade), deve desenvolver trabalho de orientação referente a postura, comportamento, e seriedade frente a eventos oficiais, para os quais irá se apresentar, orientar técnicas de deslocamento, giro e balanço durante a apresentação. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Os equipamentos da banda serão fornecidos pelas SMECDT. Oficina Cultural.

3.4.3. Oficina de Música-Instrumentos: Prestação de serviço para a realização de oficina para ministração de aulas teóricas e práticas, organização de eventos, e acompanhamento e controle dos alunos. Os instrumentos musicais a serem utilizados serão: violão, contrabaixo, Cajon, gaita e bateria, dando preferência ao violão. Atendendo aos educandos da rede pública Municipal. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Os instrumentos são de responsabilidade do educando. Oficina escolar.

3.4.4. Oficina de Dança ritmos. Deverá estimular a coordenação motora, resistência muscular, postura corporal, prevenir lesões, depressão e isolamento social, melhorar a saúde e buscar o fortalecimento de



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

vínculos escolares. Oficina com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. Oficina escolar.

3.4.5. Oficina de Dança (gaúcha). Oficina será destinado a públicos desde infantil até a terceira idade, organização e a formação de invernadas artísticas, elaborar projetos coreográficos de dança. A música gaúcha deverá ser abordada como uma das principais representações culturais do estado. Deverá ser contemplado ritmos como Fangango, Anu, Balaio, Chimarrita, Pezinho, Xote, chamamé, valsa, bugio, vanera. Temas como respeito, dedicação e compromisso também deverão ser contemplados. Oficina de duração de 1h cada oficina, (divididas preferencialmente em 06 oficinas semanais). A indumentaria será de responsabilidade do dançarino. Oficina cultural.

3.4.6. Oficina música e canto: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Música- canto vocal, atendimento individual, ensinar noções básicas de canto, técnicas musicais, preparação para a calouro se apresentar no Festival da Canção Estudantil e Festival da Canção Popular de Nova Ramada com duração de 4 horas diárias cada oficina, para os educandos da rede pública municipal e bem como munícipes e demais pessoas que comprovarem vínculo com o município de Nova Ramada. Oficina Cultural.

3.4.7. Oficina de Artes e sustentabilidade: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Artes e sustentabilidade (desenho, artesanato, pinturas) desenvolver a coordenação motora, a observação e a percepção da reciclagem. Com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina escolar.

3.4.8. Oficina de xadrez: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Xadrez com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), com um Instrutor de Xadrez que preste serviços na área, aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina Escolar.

3.4.9. Oficina de matemática, Educação fiscal e financeira: Prestação de serviço para a realização de Oficina pedagógica de matemática, educação fiscal e financeira estimulando o raciocínio lógico, cálculos de forma lúdica e interdisciplinar, com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina escolar.

3.4.10. Oficinas criativa de letras: Prestação de serviço para a realização de Oficinas pedagógicas para produção de textos, histórias criativas, prática de leitura e interpretação, dicção e oratória, com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), que preste serviços aos



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina Escolar.

3.4.11. Oficinas de musicalização - educação infantil: Prestação de serviços para ministração de práticas pedagógicas de recreação e criatividade através da música, socialização, respeitando as necessidades de cada faixa etária a ser trabalhada; deverão ser utilizadas músicas para desenvolver diversas aptidões da criança como: atenção, memória, cognição, concentração, percussão corporal e movimento. Sempre utilizando músicas específicas para executar a atividade proposta; os instrumentos utilizados, serão para desenvolver musicalidade da criança trabalhando: tempo, ritmo, compasso, altura do som, intensidade do som, duração do som, melodia e a prática em grupo. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Oficina para os alunos da Educação Infantil da rede municipal de ensino. Oficina Escolar.

3.4.12. Oficinas de Música e Canto: Prestação de serviço para a realização de oficinas para crianças e adolescentes: cada oficina terá duração de 1 (uma) hora, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo. Os instrumentos musicais a serem utilizados nas oficinas serão: Violão; Contrabaixo, Teclado, Cajon e Bateria, sendo que, ao final do ano os participantes dos grupos deverão ter noção básica de como tocar os referidos instrumentos, tendo capacidade tocar os instrumentos e ao mesmo tempo cantar as melodias tocadas, as oficinas serão contratadas conforme demanda em dias e horários definidos pela equipe do CRAS.

3.4.13. Oficinas de Música e Canto Coral: Prestação de serviços para realização de oficinas destinadas ao grupo de Idosos: cada oficina terá duração de 1 (uma) hora, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo. O objetivo da oficina será integração entre o grupo, bem como com grupos de outros municípios, apresentações em eventos, resgate de músicas antigas, mantendo o cérebro saudável prevenindo assim doenças degenerativas mais suscetíveis na 2ª e 3ª idade, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidos pela equipe do CRAS.

3.4.14. Oficinas de dança: Prestação de serviço para a realização de oficinas de dança de ritmos variados como: dança de salão, folclórica, samba, dança de rua, dança rítmica, entre outras, tendo duração de 1 (uma) hora cada oficina, podendo ser contratada mais de uma oficina em u as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

3.4.15. Oficinas de culinária: Prestação de serviço para a realização de oficinas de culinárias destinadas às mulheres, Responsáveis Familiares dos usuários da Política de Assistência Social, também ao grupo de



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

adolescentes, terão a duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo.

3.4.16. Oficinas de Manicure e Pedicure: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinadas aos participantes dos grupos dos CRAS, de faixas etárias variadas. Terá duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

3.4.17. Oficinas de Artesanato: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinada às várias faixas etárias, com duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

3.4.18. Oficinas de Ginástica e Esportes diversos: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinada às várias faixas etárias, com duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

4. DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado da seguinte forma:

4.1. Para a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Turismo:

O pagamento será efetuado por oficina realizada, mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação das Notas fiscais pela Contratada e autorização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – CRAS e autorização da Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, (para realizar a autorização o fiscal do contrato deverá encaminhar a SMECDT o relatório das horas trabalhadas assinado pelo fiscal e instrutor da oficina). A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês (**deverá ser observado para emissão da Nota Fiscal o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).**

4.2. Para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

O pagamento será efetuado por oficina realizada, mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação das Notas fiscais pela Contratada e autorização da Secretaria de Saúde e Assistência Social - CRAS. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês (**deverá ser observado para emissão da Nota Fiscal o Decreto Executivo Municipal nº 4.183,**



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).

OBS: Na sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e Decreto Executivo Municipal nº 4.609/2023.

5.2. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

5.2.1. Na hipótese prevista no item 6.2, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

5.2.2. O disposto no item 5.2 aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.3. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso da empresa, desde que devidamente justificados e requeridos antes da solicitação da solicitação dos produtos.

6. DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1. Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.3. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

6.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

6.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7. DA RESCISÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

7.2. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- f) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- g) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

h) Caso não seja assinada a Ata de Registro de Preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ser aceito ou não pela Administração;

i) A Licitante que convocada para assinar o documento deixar de fazê-lo no prazo fixado acima será excluída;

7.3. Pela Detentora quando:

a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

b) A solicitação da Detentora para cancelamento do desconto registrado deverá ocorrer antes do pedido de entrega dos produtos por esta Municipalidade;

c) A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa;

d) Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à DETENTORA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

d1) Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

7.4. A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

7.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8. PENALIDADES:

8.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato.

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- l) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 8.1 desta Ata as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2. da presente ata, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

8.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 8.2. da presente ata.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A aplicação das sanções previstas no item 8.2. desta ata, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7. Na aplicação da sanção prevista no item 8.1. alínea “b”, da presente ata, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

8.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “g” do item 8.2. da presente ata, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

8.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

8.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

8.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “g” e “j” do item 8.1. da presente ata, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

8.14. Para fins desta Ata entende-se por contrato o Pedido de Empenho.

9. DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o Município de Nova Ramada/RS.

9.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.3. Cabe as secretarias solicitante proceder à fiscalização rotineira dos serviços recebidos, quando ao cumprimento dos prazos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.

9.4. As secretarias solicitantes estão investidas do direito de recusar, em parte ou totalmente, os serviços que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo executados diferente do preestabelecidos.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento desta Municipalidade.

10.2. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

10.3. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.4. E, assim por haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que lida e achada conforme, vai assinada pelo Município de Nova Ramada/RS, e pela empresa REGISTRADA, em duas vias de igual teor.

Aprovo:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391- Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

ANEXO V

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2024
MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

“Contrato firmado entre o Município de Nova Ramada e a empresa....., .”

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS;

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, na cidade de/....., representada neste ato pelo, **Sr.**, inscrito no CPF sob o nº, brasileiro,,, residente e domiciliado na cidade de/....

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Pregão Eletrônico nº.4 /2024 – Processo 61, que regerà pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive nos casos omissos, suas alterações posteriores, legislação municipal e demais dispositivos legais aplicáveis.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Registro de preços para futuras e eventuais contratações de oficinas diversas (música, dança, capoeira, teatro e outras), para atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme Pregão Eletrônico nº. 4/2024 – Processo 61.

Observação: A critério da CONTRATANTE, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades acima ajustadas, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento.

DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo primeiro. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços realizados, em conformidade com a Cláusula 6ª;

Parágrafo segundo. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

Parágrafo terceiro. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada na contratação e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

Parágrafo quarto. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

Parágrafo quinto. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA deverá:

Parágrafo primeiro. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer os serviços, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2024 – Processo 61, disponibilizando para as oficinas os profissionais indicados e qualificados conforme as exigências. Em caso de necessidade de substituição do profissional, a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** apresentando declaração dos novos profissionais acompanhando da documentação correspondente.

Parágrafo terceiro. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

Parágrafo quarto. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

Parágrafo quinto. Tratar com cortesia os participantes das atividades.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá manter sua proposta econômica, inserido informações que compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Parágrafo sétimo. Responsabilizar-se pelo deslocamento até o Município de Nova Ramada e aos locais indicados, bem como pela alimentação e ou estadia dos profissionais.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

DO PREÇO

Cláusula 4ª. O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** será de R\$por oficina, totalizando R\$.....

DA EXECUÇÃO

Cláusula 5ª. Os serviços deverão ser executados das seguintes formas:

Parágrafo primeiro. Itens 01 ao 11 do Lote 01 - Educação: A empresa será responsável pelo recebimento dos alunos, verificação dos nomes, comparecimento nas oficinas, organização das salas de aula, conferência dos materiais quando necessário, elaboração, cumprimento do planejamento das aulas. O profissional deverá ter flexibilidade de acompanhamento em atividades/eventos no município e fora, deverá ainda ser organizado ensaios para apresentações.

a) A prestação dos serviços se dará através de oficinas, conforme a programação constante no cronograma que será disponibilizado pela Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo após a contratação, indicando horário, os participantes e o local das oficinas. A empresa contratada deverá cumprir com a programação constantes no cronograma, devendo abordar as matérias pertinentes a descrição do objeto, constante nesse estudo técnico preliminar, bem como locais, datas e horários em que serão desenvolvidas as oficinas.

b) O espaço físico para a realização das oficinas poderá ser a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I e ou, Escola de Ensino Médio Dr. Roberto Low ou ainda no interior do município, no CTG SENTINELA da Ramada.

c) O número de alunos em cada curso, será conforme o número de inscritos e por organização da SMECDT.

d) A contratada deverá apresentar-se em todos os momentos em que se fizer necessário, através de convites, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo utilizando os espaços culturais da cidade e região;

e) As oficinas poderão ser interrompidas devido ao recesso escolar e/ou férias, por determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

f) A empresa vencedora da licitação deverá apresentar lista de presença e relatório de atividades realizadas conforme Anexo II e Anexo III para a efetivação do pagamento.

Parágrafo segundo. Itens 12 ao 18 do Lote 01 - CRAS: A empresa será responsável pela organização do espaço das oficinas, conferência dos materiais quando necessário, elaboração e cumprimento do



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

planejamento das aulas. O profissional deverá ter flexibilidade de acompanhamento em atividades/eventos no município e fora, deverá ainda ser organizado ensaios para apresentações.

a) A prestação dos serviços se dará através de oficinas, conforme a programação constante no cronograma que será disponibilizado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social – CRAS, após a contratação, indicando horário, os participantes e o local das oficinas. A empresa contratada deverá cumprir com a programação constantes no cronograma, devendo abordar as matérias pertinentes a descrição do objeto, bem como locais, datas e horários em que serão desenvolvidas as oficinas.

b) A contratada deverá apresentar-se em todos os momentos em que se fizer necessário, através de convites, da equipe do CRAS, utilizando os espaços culturais da cidade e região.

c) Caso seja detectado que os serviços não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte.

Parágrafo terceiro. As oficinas deverão ser realizadas da seguinte maneira:

a) **Oficina de Capoeira:** Prestação de serviço para a realização de oficina destinada a atender aos educandos da rede pública Municipal de ensino e poderá ser organizado em grupos de acordo com a faixa etária. Deverá refletir criticamente sobre o processo histórico e de construção da capoeira enquanto um fenômeno cultural, popular e afro-brasileiro. problematizar a produção e transmissão de saberes, conhecimentos e práticas relacionadas à arte, luta, dança, brincadeira, que passou a ser chamada de “capoeira”. Deverá ser orientado os movimentos básicos da capoeira: Ginga, bñção, desvio de frente, cadeira, negativa, descida básica, dentre outros. Duração de 02 horas cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana). Oficina escolar.

b) **Oficina Banda Marcial:** Prestação de serviço para a realização de oficina destinado a público de todas as idades, para a criação da Banda Marcial Municipal, devendo desenvolver educação musical e trabalho em grupo, instrumentos melódicos (flauta, liras, escaletas, trompetes, trombones de pisto, bumbo, conforme disponibilidade), deve desenvolver trabalho de orientação referente a postura, comportamento, e seriedade frente a eventos oficiais, para os quais irá se apresentar, orientar técnicas de deslocamento, giro e balanço durante a apresentação. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Os equipamentos da banda serão fornecidos pelas SMECDT. Oficina Cultural.

c) **Oficina de Música-Instrumentos:** Prestação de serviço para a realização de oficina para ministração de aulas teóricas e práticas, organização de eventos, e acompanhamento e controle dos alunos. Os instrumentos musicais a serem utilizados serão: violão, contrabaixo, Cajon, gaita e bateria, dando



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

preferência ao violão. Atendendo aos educandos da rede pública Municipal. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Os instrumentos são de responsabilidade do educando. Oficina escolar.

d) Oficina de Dança ritmos. Deverá estimular a coordenação motora, resistência muscular, postura corporal, prevenir lesões, depressão e isolamento social, melhorar a saúde e buscar o fortalecimento de vínculos escolares. Oficina com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. Oficina escolar.

e) Oficina de Dança (gaúcha). Oficina será destinado a públicos desde infantil até a terceira idade, organização e a formação de internadas artísticas, elaborar projetos coreográficos de dança. A música gaúcha deverá ser abordada como uma das principais representações culturais do estado. Deverá ser contemplado ritmos como Fandangos, Anu, Balaio, Chimarrita, Pezinho, Xote, chamamé, valsa, bugio, vanera. Temas como respeito, dedicação e compromisso também deverão ser contemplados. Oficina de duração de 1h cada oficina, (divididas preferencialmente em 06 oficinas semanais). A indumentaria será de responsabilidade do dançarino. Oficina cultural.

f) Oficina música e canto: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Música- canto vocal, atendimento individual, ensinar noções básicas de canto, técnicas musicais, preparação para a calouro se apresentar no Festival da Canção Estudantil e Festival da Canção Popular de Nova Ramada com duração de 4 horas diárias cada oficina, para os educandos da rede pública municipal e bem como munícipes e demais pessoas que comprovarem vínculo com o município de Nova Ramada. Oficina Cultural.

g) Oficina de Artes e sustentabilidade: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Artes e sustentabilidade (desenho, artesanato, pinturas) desenvolver a coordenação motora, a observação e a percepção da reciclagem. Com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 04 oficinas por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina escolar.

h) Oficina de xadrez: Prestação de serviço para a realização de Oficinas de Xadrez com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), com um Instrutor de Xadrez que preste serviços na área, aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina Escolar.

i) Oficina de matemática, Educação fiscal e financeira: Prestação de serviço para a realização de Oficina pedagógica de matemática, educação fiscal e financeira estimulando o raciocínio lógico, cálculos de forma lúdica e interdisciplinar, com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

por semana), aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina escolar.

j) Oficinas criativa de letras: Prestação de serviço para a realização de Oficinas pedagógicas para produção de textos, histórias criativas, prática de leitura e interpretação, dicção e oratória, com duração de 02 hora cada oficina, (divididas preferencialmente em 02 oficina por semana), que preste serviços aos educandos da rede pública Municipal de ensino. O material será ofertado pela SMECDT ou pelos educandos participantes. Oficina Escolar.

l) Oficinas de musicalização - educação infantil: Prestação de serviços para ministração de práticas pedagógicas de recreação e criatividade através da música, socialização, respeitando as necessidades de cada faixa etária a ser trabalhada; deverão ser utilizadas músicas para desenvolver diversas aptidões da criança como: atenção, memória, cognição, concentração, percussão corporal e movimento. Sempre utilizando músicas específicas para executar a atividade proposta; os instrumentos utilizados, serão para desenvolver musicalidade da criança trabalhando: tempo, ritmo, compasso, altura do som, intensidade do som, duração do som, melodia e a prática em grupo. Prestação de serviço com duração de 04 horas cada oficina (divididas preferencialmente em 02 oficinas semanais). Oficina para os alunos da Educação Infantil da rede municipal de ensino. Oficina Escolar.

m) Oficinas de Música e Canto: Prestação de serviço para a realização de oficinas para crianças e adolescentes: cada oficina terá duração de 1 (uma) hora, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo. Os instrumentos musicais a serem utilizados nas oficinas serão: Violão; Contrabaixo, Teclado, Cajon e Bateria, sendo que, ao final do ano os participantes dos grupos deverão ter noção básica de como tocar os referidos instrumentos, tendo capacidade tocar os instrumentos e ao mesmo tempo cantar as melodias tocadas, as oficinas serão contratadas conforme demanda em dias e horários definidos pela equipe do CRAS.

n) Oficinas de Música e Canto Coral: Prestação de serviços para realização de oficinas destinadas ao grupo de Idosos: cada oficina terá duração de 1 (uma) hora, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo. O objetivo da oficina será integração entre o grupo, bem como com grupos de outros municípios, apresentações em eventos, resgate de músicas antigas, mantendo o cérebro saudável prevenindo assim doenças degenerativas mais suscetíveis na 2ª e 3ª idade, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidos pela equipe do CRAS.

o) Oficinas de dança: Prestação de serviço para a realização de oficinas de dança de ritmos variados como: dança de salão, folclórica, samba, dança de rua, dança rítmica, entre outras, tendo duração de 1 (uma) hora



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

cada oficina, podendo ser contratada mais de uma oficina em u as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

p) Oficinas de culinária: Prestação de serviço para a realização de oficinas de culinárias destinadas às mulheres, Responsáveis Familiares dos usuários da Política de Assistência Social, também ao grupo de adolescentes, terão a duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo.

q) Oficinas de Manicure e Pedicure: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinadas aos participantes dos grupos dos CRAS, de faixas etárias variadas. Terá duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

r) Oficinas de Artesanato: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinada às várias faixas etárias, com duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

s) Oficinas de Ginástica e Esportes diversos: Prestação de serviço para a realização de oficinas destinada às várias faixas etárias, com duração de 1 (uma) hora cada, podendo ser contratada mais de uma oficina em um dia de realização do grupo, as oficinas serão contratadas conforme demanda em datas e horários a serem definidas pela equipe do CRAS.

DO PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

Parágrafo primeiro. Para a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Turismo:

O pagamento será efetuado por oficina realizada, mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação das Notas fiscais pela Contratada e autorização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – CRAS e autorização da Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, (para realizar a autorização o fiscal do contrato deverá encaminhar a SMECDT o relatório das horas trabalhadas assinado pelo fiscal e instrutor da oficina). A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês (**deverá ser observado para emissão da Nota Fiscal o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).**

Parágrafo segundo. Para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

O pagamento será efetuado por oficina realizada, mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação das Notas fiscais pela Contratada e autorização da Secretaria de Saúde e Assistência Social - CRAS. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês **(deverá ser observado para emissão da Nota Fiscal o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).**

Parágrafo terceiro. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 7ª. O Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento em

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 8ª. As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

XX

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula 9ª. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

DO REAJUSTE

Cláusula 10. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente, através do índice constante no código tributário municipal ou outro que vier a substituí-lo, correspondente à variação no período.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Cláusula 11. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e/ou 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 12. Ficam fixadas as seguintes sanções:

Parágrafo primeiro. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do contrato.

Parágrafo segundo. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Cláusula 12 – Parágrafo primeiro deste Contrato as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” da mesma cláusula.

Parágrafo quarto. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo quinto. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo sexto. A aplicação das sanções previstas na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo sétimo. Na aplicação da sanção prevista na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo oitavo. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo nono. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo décimo. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Parágrafo décimo primeiro. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo décimo segundo. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo décimo terceiro. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “e” e “g” da Clausula 13 - do Parágrafo primeiro do presente Contrato exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 13. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo nº 4.563, de 27/03/2023. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização dos serviços se dará pelo servidor, a ser designado através de portaria.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 14. As eventuais omissões desse contrato serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FORO

Cláusula 15. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma

Aprovo:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391-/- Assessora Jurídica